



ATA DA 2ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis no Auditório Municipal da Câmara Municipal de Ponte de Lima, em Ponte de Lima, pelas dezassete horas e quarenta cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----
- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----
- Agradeceu o acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima.-----
- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: o membro Salvato Vila Verde Pires Trigo (CDS-PP Ponte de Lima) justificou a sua falta e foi substituído por Mecia Sofia Alves Correia Martins; a membro Catarina Aurora Rodrigues Mira (PS Melgaço) justificou a sua falta e foi substituída por António Carlos Lopes. -----
- Não estiveram presentes os membros: Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD Viana do Castelo); Maria Emília Sousa Cerqueira (PSD Viana do Castelo); José Augusto de Brito Pacheco (PS Paredes de Coura); Manuel Álvaro Guimarães Gomes (PS Valença); Mário Duarte da Cunha Ventura (CDS-PP Arcos de Valdevez). O membro Arias António Gonçalves (PS Melgaço) e o membro Artur José Rodrigues (PS Melgaço) comunicaram a sua impossibilidade em estarem presentes.-----
- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos, proposta, em convocatória, para esta reunião: -----
- 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----
- 1.1** - Apreciação e votação das Atas: 1ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 26 de abril de 2016 e Reunião Extraordinária realizada em 29 de julho de 2016. ----
- 1.2** - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----
- 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----
- 2.1** - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;-----



2.2 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017 (artº. 84º alínea b) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro):-----

2.2.1 Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017;-----

2.2.2 Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados;-----

2.2.3 Mapa de Pessoal;-----

2.2.4 Empréstimos a curto prazo.-----

2.3 – Alterações ao Orçamento -----

3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente iniciou a sessão com a leitura de uma comunicação: “Nos termos e para os efeitos definidos na alínea d) do nº 2 do artº. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro: “Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade, informação sobre a respetiva situação económica e financeira” remeto a V. Ex^{as} o Relatório com referência ao período findo em 30 de junho de 2016”, documento remetido anteriormente a todos os membros, por mail.(Doc.10/2015) -----

--- O Senhor Presidente inicia a Ordem de Trabalhos da reunião com o “Período de Antes da Ordem do Dia”: -----

1.1 - Apreciação e votação das Atas: 1ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 26 de abril de 2016 e Reunião Extraordinária realizada em 29 de julho de 2016. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa iniciou a abertura do período de inscrições, para a ata da reunião realizada no dia 26 de abril de 2016. Não tendo havido inscrições, passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com o total de 28 votos, com 28 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra.-----

--- Passou à abertura do período de inscrições para a ata da reunião extraordinária realizada no dia 29 de julho de 2016. Não tendo havido inscrições passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com o total de 28 votos, com 23 votos a favor, 5 abstenções e 0 votos contra.-----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi aberto o período de inscrições para este ponto, e inscreveram-se os membros: Cristina Martins e Abel Lopes.-----

Cristina Martins – Cumprimenta toda a Assembleia e apresenta um Voto de Pesar ao Mestre José Rodrigues, escultor e artista plástico, nascido em Luanda, tendo realizado os seus estudos artísticos no Porto, sendo um dos fundadores da Cooperativa Cultural Árvore e um dos promotores da “Bienal Arte de Cerveira” instituída em 1978, tendo sido Diretor Geral da 6ª edição



em 1988. Expôs individualmente, desde 1964 em várias cidades no nosso país, assim como em Tóquio, Paris e Macau, tendo sido também autor de poderosas esculturas de anjos, cristos e salomés e de distinta arte pública espalhada pelo país. Participou também em várias exposições coletivas realizadas a nível internacional. Dedicou-se ainda a outras expressões artísticas como ilustrações para livros; cerâmica; medalhista e realização de cenografias. Faleceu a 10 de setembro de 2016, sendo uma perda irreparável para Vila Nova de Cerveira, concelho ao qual esteve intimamente ligado, tendo deixado um valioso legado artístico que sempre honrou a "Vila das Artes" assim como a cultura nacional e internacional. Assim propõe um Voto de Pesar ao Mestre José Rodrigues. (Doc.11/2016)-----

--- Passando ao segundo ponto da sua intervenção, apresenta o ponto de situação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), sobre a petição apresentada na reunião da Assembleia Intermunicipal de 26 de abril passado, a qual foi aprovada por unanimidade. Quanto ao funcionamento das RLIS no distrito de Viana do Castelo, apraz dizer que estão em pleno funcionamento, incluindo a de Vila Nova de Cerveira. (Doc.12/2016) -----

--- O Senhor Presidente da Mesa põe à consideração da Assembleia um minuto de silêncio pelo falecimento do Mestre José Rodrigues. Tendo sido aceite, cumpriu-se um minuto de silêncio.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao membro, Abel Lopes.-----

Abel Lopes – Cumprimentando toda a Assembleia procede à leitura de um documento sobre a atuação das Infraestruturas de Portugal, no seguimento da Lei nº 34/2015 de 27 de abril, a partir da qual a empresa Infraestruturas de Portugal passou ao levantamento de acessos diretos à via pública sob a sua jurisdição, identificando acessos de empresas e de particulares, tendo procedido ao envio de editais às Autarquias e Juntas de Freguesia, no sentido de notificar a população, para regularização de acessos diretos às estradas, passando a fazer a notificação direta a todos os proprietários/arrendatários independentemente de terem ou não licença, sendo o único objetivo arrecadar taxas de instrução de processos (no valor de 500 euros de acordo com a alínea a) do artigo 3º da referida Lei). Assim, é contestada esta situação abusiva e imoral e proposto o envio, ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, do documento apresentado para averiguação do processo levado a cabo pela empresa Infraestruturas de Portugal assim como dar conhecimento a todas as Comunidades Intermunicipais e à Associação Nacional de Municípios Portugueses. (Doc.13/2016) -----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para a proposta apresentada. É solicitada a palavra pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Senhor José Maria Costa.-----

José Maria Costa - Cumprimentando toda a Assembleia agradece também, ao Vice-Presidente da Câmara de Ponte de Lima a recepção nas instalações da Câmara Municipal para a realização desta Assembleia. Numa abordagem à atuação da empresa Infraestruturas de Portugal, refere já



ter sido debatido o mesmo assunto em reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, na sua reunião de 2 de fevereiro do corrente ano, tendo sido dado conhecimento da posição da CIM ao Senhor Primeiro Ministro e proposta discussão da referida Portaria em sede da ANMP, sobre a aplicação da referida Lei, fortemente penalizadora para pessoas com terrenos com saídas para as estradas nacionais, como também em processos de alterações de água, ramais. Concordando ser exorbitante o que está a ser solicitado às Câmaras Municipais e aos Serviços Municipalizados. Comunga da opinião da necessidade de alteração da presente legislação, aqui abordada, pela exorbitância do que está a ser exigido, no que respeita a infraestruturas assim como as cauções exigidas aos Municípios, para obras desta natureza, levando a que se evite, neste momento, obras que impliquem as vias nacionais.-----

--- É comunicado pelo Senhor Presidente da Mesa a distribuição de uma cópia do documento apresentado, por cada líder partidário para melhor abordagem do assunto, sugerindo a suspensão por cinco minutos, para reunião dos partidos, para tomada de posição sobre o tema apresentado.-----

--- É solicitada a palavra pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, para dar as boas vindas a toda a Assembleia e justificar a impossibilidade da presença do Senhor Presidente, por razões profissionais e pessoais. Aproveita para fazer uma abordagem á proposta apresentada, salientando a atuação do município de Ponte de Lima, neste tipo de processos.-----

--- É solicitada a palavra pelo membro José Carlos Resende e outros membros que vão comentando a sua posição sobre o texto da proposta apresentada, com abordagem à atuação das Infraestruturas de Portugal. Após várias opiniões é decidido, ser apresentada a proposta para votação. São distribuídas cópias pelos líderes partidários.-----

--- É solicitada a palavra pela membro, Cristina Martins.-----
Cristina Martins – Comunica que o assunto, também já foi abordado no município de Vila Nova de Cerveira, concordando com a provação do documento apresentado com o acréscimo de algumas informações.-----

--- É solicitada a palavra pelo membro, José Nogueira. Sendo-lhe cedida.-----

José Nogueira – Dirigindo-se à mesa e restante Assembleia, diz não se sentir capacitado para votar o documento, porque não o tem para consulta, referindo que o assunto abordado, é sobre práticas administrativas levadas a cabo pelas Infraestruturas de Portugal, achando ser de analisar, a legalidade da Lei ou a correção da aplicação das práticas administrativas, comunicando que se ausentará da sala se se mantiver a persistência em votar o documento. Achando que a votação deverá ser consciente e no momento não reunir as condições necessárias, para uma votação em consciência.-----



--- É questionado pelo Senhor Presidente da Mesa sobre a inscrição de mais algum membro. É solicitada a palavra pelo membro, Pedro Sousa Lobo.-----

Pedro Sousa Lobo – Cumprimenta toda a Assembleia e refere que se o requerimento apresentado for uma proposta, terá que ser aprovado e introduzido na ordem de trabalhos, referindo ainda a redação do texto, que deverá ser elaborada mais cuidadosamente. Mais sugere, que seja concedida confiança aos líderes partidários, para análise e redação de um texto com a essência do apresentado, tendo ainda em consideração a tomada de posição do Conselho Intermunicipal da CIM. Propõe um voto de confiança aos líderes partidários para elaboração de um texto que expresse a vontade de todos.-----

--- É entretanto referido pelo membro, José Carlos Resende, que deverá ser de acordo comum, uma vez que se conclui, que toda a gente partilha o espírito do assunto. Sendo consensual deverá ser elaborado um novo texto sobre a Lei em vigor, respeitando o espírito do documento apresentado.-----

--- Após mais algumas opiniões sobre o assunto, é ainda posta a questão sobre a oportunidade de apresentação de uma proposta sem estar inicialmente prevista, sugerindo a consulta do regimento sobre o assunto.-----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa, é citada a linha f) do ponto nº 1 do artigo 37º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, sobre a apreciação e votação de propostas de recomendação de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal por iniciativa de qualquer membro da Assembleia Intermunicipal. Assim é posta a votação, na generalidade, a proposta apresentada para posterior elaboração de texto mais cuidado, com a concordância do seu autor.-----

--- Posta a votação é a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- Verificou-se a saída da sala do membro José Nogueira que ao regressar, após votação, declarou, pretender ficasse registada em ata a sua ausência, na votação, por não concordar com o procedimento.-----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: Período da Ordem do Dia: **2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal** apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. É cedida a palavra ao Senhor José Maria Costa.-----

José Maria Costa – Referindo-se a este ponto, passa a dar algumas informações relativas ao trabalho desenvolvido pela CIM, nomeadamente preparação de projetos e candidaturas na sequência da abertura de diversos avisos, que têm obrigado a um grande esforço da equipa técnica e dos Municípios, em articulação mútua. Refere alguns encontros de trabalho da CIM Alto Minho com membros do Governo e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN). O Conselho Intermunicipal convidou e realizou uma reunião com o



Presidente e Vice-Presidente da CCDRN, para abordagem de assuntos quanto á arquitetura do Quadro Comunitário e de alguns constrangimentos que ainda subsistem, e fazer o ponto de situação ao modelo de funcionamento e modelo de acompanhamento que está a ser implementado. Numa outra reunião com a Comissão Permanente, com o Presidente da CCDRN e com a Autoridade de Gestão, em que foi indicada a pessoa da CCDRN que irá fazer a articulação com as Comunidades Intermunicipais, para acompanhamento e monitorização de processos de candidatura da região. Quanto às candidaturas do INTERREG, em ligação também com a CCDRN, que decorreram no início do ano, estão em fase de apreciação. Foi realizada também, uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, sobre o estudo das águas em baixa, de águas e saneamento, para perceção de orientações para os próximos financiamentos comunitários e apresentação para discussão de um ponto de situação intermédio, da perspetiva da constituição da Empresa de Águas do Alto Minho, para os sistemas em baixa, podendo ter algumas sinergias e ganhos de racionalidade e melhores tarifas. Houve também a oportunidade de receber o responsável da Mobilidade Elétrica, projeto a ser reativado, no que se prende com a instalação de veículos elétricos e toda a rede de apoio e suporte. Refere ainda uma outra reunião de trabalho, com a visita do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre equipamentos, redes de RLIS e um conjunto de áreas de interesse, tendo sido partilhadas algumas iniciativas que estão a ser apreciadas com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) no sentido de uma evolução dos assuntos tratados. O trabalho tem-se baseado numa preparação de dossiers e cadernos de candidatura, agilizando um conjunto de projetos e ações para que as intenções de intervenção no Norte, sejam bem aproveitadas com um acolhimento favorável. Na semana em curso, houve uma sessão promovida pelo Senhor Presidente da República, relativamente aos 40 anos da Constituição da República, a importância do ensino superior politécnico no país, principalmente nas regiões do interior, o papel importante na coesão social e coesão do desenvolvimento territorial. Estiveram presentes algumas pessoas da CIM, que fazem parte do Conselho Geral e as conclusões foram consensuais, no papel do ensino superior politécnico muito relevante nos últimos 40 anos e, com um papel determinante para o futuro, estando em discussão dois grandes temas: a possibilidade da designação dos Institutos Politécnicos para Universidades de Ciências Aplicadas e também a possibilidade dos politécnicos poderem atribuir os graus de doutoramento, numa sequência lógica e também a separação da componente mais científica da ciência pura para as Universidades; e especializações e doutoramentos de âmbito mais profissional para os Institutos Politécnicos. Este apresenta-se como um debate importante para esta região, pela importância do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, nos últimos vinte e poucos anos instalado no nosso território, que tem ajudado a consolidar uma rede de



conhecimento e de vários projetos suportados pelo seu apoio. Apresenta-se disponível para algum esclarecimento pretendido.-----

--- O Senhor Presidente abre o período para inscrições.-----

--- Não se inscrevendo nenhum membro, o Senhor Presidente passa para o ponto **2.2. Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016** (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro); **2.2.1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016**, é cedida a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere que o documento, Plano de Atividades e Orçamento e as Grandes Opções para 2017 são mais animadoras, atendendo ao processo do Quadro Comunitário em desenvolvimento e um conjunto de iniciativas e projetos já aprovados e ainda outros em fase de aprovação. Do que está, neste momento em cima da mesa, o Pacto para o Desenvolvimento da Coesão Territorial, na área da modernização administrativa, no âmbito do PDCT, a área de emparcelamentos e questões de regadios com interferência muito direta do Ministério da Agricultura e Pescas, através das Direções Regionais. Estão a ser ultimadas informações quanto à Eficiência Energética, com um conjunto de iniciativas em desenvolvimento que se prendem com os equipamentos sociais, estando a ser avaliada uma primeira proposta de mapeamento e em desenvolvimento candidaturas para a requalificação das escolas, assim como a área da cultura, do empreendedorismo e outras iniciativas em desenvolvimento. Assim solicita o apoio do Engº. Júlio Pereira (Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIM Alto Minho) para mais detalhes.-----

Júlio Pereira – Cumprimenta toda a Assembleia e começa por referir umas notas relativas a processos em curso iniciados em 2016 e que se materializarão em 2017, de acordo com o referido pelo Senhor Presidente da CIM, com destaque para a intervenção da CIM em 2017 que basear-se-á sobre a gestão do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Alto Minho 2020, estando já aprovados nesse âmbito, grande parte dos investimentos dos estabelecimentos escolares a iniciar a execução; na modernização administrativa já estão candidatados quase todos os projetos previstos no Pacto; quanto aos emparcelamentos, que são a nível nacional, apenas dois emparcelamentos do PDR 2020, o de Monção, já com condições para submeter a candidatura e, o da Golegã. Quanto aos regadios está aberta a fase de candidaturas até 31 de janeiro na sequência de um exercício de mapeamento realizado pela Direção Regional da Agricultura; quanto á eficiência energética há algumas questões com as taxas de participação e a questão de devolução total das verbas em esclarecimento, mas aberto em fase de candidaturas. Riscos, refere a candidatura apresentada, pela CIM Alto Minho, no valor de 1 milhão de euros, em fase final de aprovação em acordos com a Autoridade de Gestão do POSEUR, aprovada/condicionada a um conjunto de aspetos a serem esclarecidos. Quanto ao



empreendedorismo não há novidades da tutela da área; quanto ao modelo a seguir e com as fronteiras das intervenções das ADLs (Ações de Desenvolvimento Local) e quanto ao emprego e inserção é uma linha de ação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, também em curso, estando também a candidatura apresentada e neste momento em submissão, aguardando ainda um conjunto de áreas, comunicação da Autoridade de Gestão dos respetivos programas temáticos: Programa Operacional de Desenvolvimento do Emprego; na área da cultura bolsa especializada de voluntariado "Idade +" a aguardar informação esta e outras CIMs.; equipamentos sociais, como já referido pelo Senhor Presidente, critérios genéricos para análise pelas Comunidades Intermunicipais; abandono escolar também a aguardar o aviso, já com várias iterações e equipamentos e estabelecimentos escolares quase todas as candidaturas apresentadas. Outras dimensões com operacionalizações, no ano de 2017, como a DLBC Costeira do Litoral Norte, que a CIM com um conjunto de parceiros está a gerir e com um montante de investimento orçado em cerca de 10 milhões de euros, basicamente investimento privado, em processo de certificação assim como outros; GAL Costeiro a aguardar também certificação por parte do PO MAR e posterior lançamento dos avisos. Há um conjunto de candidaturas que já foi possível acordar em sede do Programa do Norte, nomeadamente na área da cultura. Três projetos do PO NORTE e um do INTERREG, já aprovados no montante global de cerca de 3 milhões de euros; Alto Minho 4D_Viagem no Tempo; COOLTIV'ART; Valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago; Culturing. Existem também, ações coletivas de valorização económica na área do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização no valor global de 1 milhão de euros já aprovados na Autoridade de Gestão do PO NORTE; duas candidaturas aprovadas na área do Património Natural no valor aproximado de 600 mil euros. A candidatura do Plano de Ação para a Mobilidade Urbana sustentável que visa apoiar a nova intervenção da CIM em sede de planeamento e gestão dos transportes no Alto Minho, no valor de cerca de 500 mil euros também em fase final de aprovação. Ao nível do Minho, e em conjugação com as CIMs do Ave e do Cávado uma proposta do PROVERE - "Minho Inovação", sucedânea do Minho IN, neste momento em apreciação esperando decisões no mês de dezembro. Ainda algumas candidaturas apresentadas, a aguardar decisão, na área da cooperação territorial, da modernização administrativa, património natural e cultural. Uma última nota, quanto ao exercício de competências na área dos transportes em que finalmente, foi regulado o financiamento para o exercício dessas competências, de acordo com Portaria recentemente publicada, que garantirá, com sede no Orçamento de Estado, através da criação de um fundo anual, para apoiar atividades de transportes a nível intermunicipal no exercício das suas funções, estando assim criadas condições para reforçar a ação da Comunidade Intermunicipal e dos Municípios nesta área. Apresenta-se disponível para qualquer



esclarecimento.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede a palavra ao Presidente da CIM, José Maria Costa.-----
José Maria Costa – Retoma a palavra, frisando a intensidade da atividade desenvolvida pela CIM, nesta fase de abertura de várias candidaturas, manifestando apreço pelo esforço de toda a equipa da CIM. Refere ainda uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Comércio em que formalizaram o que já tinha sido apresentado ao Senhor Ministro da Economia, para avançar com um projeto piloto de dinamização comercial transfronteiriça, no âmbito dos centros históricos, estando a aguardar resposta para o início do ano de 2017, tendo sido feito um convite para uma visita ao nosso território, para melhor perceber as questões transfronteiriças do comércio local, para dinamização e promoção de iniciativas conjuntas com a Galiza.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do documento apresentado. Inscreve-se o membro José Augusto Sousa.-----

José Augusto Sousa – Cumprimenta toda a assembleia, congratulando-se com os projetos apresentados globalmente, por todo o distrito e reconhece o esforço de todas as Câmaras Municipais, chamando a atenção para o fator: mesmo que os projetos tenham participação a nível nacional, essa participação em termos líquidos é negativa, salientando que em qualquer projeto as obras estão sujeitas a IVA, demonstrando que o esforço das câmaras municipais é grande, achando ser importante que o governo tivesse uma participação nula e que não beneficiasse através dos projetos, do valor do imposto.-----

--- O Senhor Presidente da mesa passa de imediato à votação, do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 é aprovado por 30 votos a favor, 0 abstenção e 0 contra. (Doc.14/2016) -----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede novamente a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados.** -----

José Maria Costa – De acordo com o artº 44º “contribuições financeiras” dos estatutos da CIM do Alto Minho, propõe-se que as quotas sejam repartidas de forma igualitária por todos os municípios e as participações referentes às candidaturas sejam iguais e naquelas com participações diferentes será proporcional ao valor do próprio investimento. Ainda outras despesas acordadas em Conselho Intermunicipal e, o caso do Canil Intermunicipal cujos custos são distribuídos de forma igualitária por todos os municípios com exceção dos custos de amortização para os municípios do Vale do Minho.-----



--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado com 30 votos a favor 0 abstenção e 0 contra.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 15/2016)-

--- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.3 – Mapa de Pessoal**.-----

José Maria Costa – Nos termos do artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e artº. 29º, nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, refere a abertura de um procedimento concursal, pela mobilidade de um colaborador para o município de Valença e ainda, previstas necessidades de reforço para projetos de assistência técnica, que só serão ativados, estando previstos nas respetivas rubricas, no caso de aprovação de candidaturas, pela necessidade que implicarão em termos de assistência técnica, em várias áreas de pessoal, com competências próprias em algumas matérias.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado com 30 votos a favor 0 abstenções e 0 contra. Quanto à minuta e no seguimento do abordado anteriormente, apresenta um pequeno resumo e propõe a sua aprovação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc.16/2016)-----

--- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.4 – Empréstimos a curto prazo**.-----

José Maria Costa – Informa que de acordo com a Lei, estão previstos empréstimos de curto prazo, propondo autorização para fazer o empréstimo no valor de 175.000,00€, à semelhança de anos anteriores, para utilização apenas, em caso de necessidade, por questões de Tesouraria, face à dependência dos fundos comunitários, que funcionará como mecanismo financeiro, dando conhecimento que em 2016 o mesmo não foi necessário.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovada com 30 votos a favor 0 abstenções e 0 contra. O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc.17/2016) -----

O Senhor Presidente passa ao ponto **2.3 – Alterações ao orçamento** cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere, na rubrica “Outros Trabalhos Especializados”, o reforço de 30 mil euros para necessidade de reforço do projeto de Assistência Técnica do PDCT Alto Minho 2020



para apreciação de candidaturas.-----

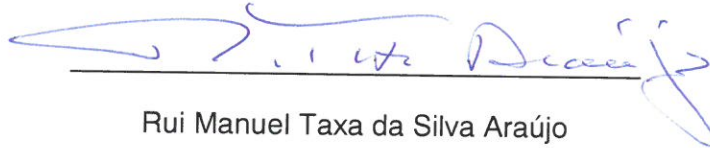
----- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou de imediato à sua leitura. Frisando ser este ponto apenas para conhecimento da Assembleia Intermunicipal e não para votação.(Doc. 18/2016) -----

--- O Senhor Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**. Abre o período de inscrições não se tendo inscrito ninguém.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu e encerrou, pelas dezanove horas, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

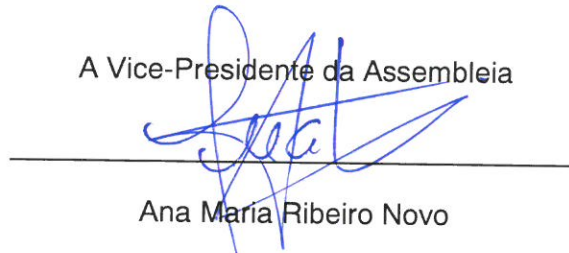
Ponte de Lima, 25 de novembro de 2016.-----

O Presidente da Assembleia



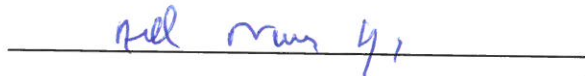
Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia



Ana Maria Ribeiro Novo

O Secretário da Assembleia



Abel Nunes Lopes



Maria Virgínia Guedes do Rego